



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

### **SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0005153-14.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**  
 Requerente: **Clélia Maria Marques Ou Clélia Maria Marques Tobias**  
 Requerido: **Sul America Companhia de Seguro Saúde**  
 Juiz de Direito: Dr. **Milton Coutinho Gordo**

### **CONCLUSÃO**

Em 06 de novembro de 2014, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, **Dr. MILTON COUTINHO GORDO**.

Eu, Isabel Ednise Pozzi Furlan, escrevente, subscrevi.

**Nº de Ordem: 511/13**

### **VISTOS**

**CLÉLIA MARIA MARQUES** ajuizou **AÇÃO DE REVISÃO DE CONTRATO cc PEDIDO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO e TUTELA ANTECIPADA** em face de **SUL AMÉRICA COMPANHIA DE SEGURO SAÚDE**, todos devidamente qualificados.

A autora é titular de um seguro de assistência médica contratado com a requerida por seu esposo Benedito, em 25/08/1997. Ocorre que a empresa requerida vem reajustando excessivamente o prêmio, principalmente quando a autora completou 61 e 66 anos de idade. Requereu, em antecipação da tutela, a imediata suspensão do reajuste do prêmio e que a ré se abstenha de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

realizar novos aumentos pela mudança de faixa etária. Pleiteou, por fim, a declaração da nulidade das cláusulas contratuais “16.2” e “16.3” e a devolução do valor pago indevidamente. Juntou documentos.

A petição de fls. 62/70 foi recebida como aditamento à inicial. Na oportunidade, a antecipação da tutela foi deferida em termos. Contra tal decisão a autora interpôs agravo de instrumento (cf. fls. 110 e ss), ao qual foi dado provimento (cf. fls. 123/125) para estender os efeitos da tutela antecipada a possíveis reajustes futuros.

Devidamente citada, a requerida apresentou sua defesa sustentando a ocorrência da prescrição. No mérito, argumentou: 1) que o contrato da autora foi assinado em 1997, antes, portanto, da Lei 9.656/98, razão pela qual suas disposições não são a ele aplicáveis; 2) que o reajuste por mudança de faixa etária está previsto no contrato, que foi assinado livremente pelas partes; 3) que inexistente ilegalidade e abusividade nos valores reajustados; 4) que não é possível a restituição em dobro de valores. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 117/120.

As partes foram instadas a produzir provas. A autora mostrou desinteresse e a requerida não se manifestou (cf. fls. 129 e 130).

Declarada encerrada a instrução apenas a autora apresentou memoriais (fls. 133/136 e 137).

**É o RELATÓRIO.**

**DECIDO.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Inicialmente, cabe definir que ao caso se aplicam os ditames do Código de Defesa do Consumidor, conforme enunciado da Súmula 469, STJ, *in verbis*: “aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde”.

Sobre o tema, ainda cabe consignar importante lição da ilustre doutrinadora Cláudia Lima Marques, *in* Contratos no Código de Defesa do Consumidor – 4ª edição, p. 399:

(...) apesar da Lei 9656/98, na sua versão atual, nominar os antigos contratos de seguro saúde como planos privados de assistência à saúde, indiscutível que tanto os antigos contratos de seguro saúde, os atuais planos de saúde, como os, também, comuns, contratos de assistência médica possuem características e sobretudo uma finalidade em comum: o tratamento e a segurança contra os riscos envolvendo a saúde do consumidor e de sua família ou dependentes. Mencione-se, assim, com o eminente Professor e Ministro Carlos Alberto Menezes Direito, que: 'dúvida não pode haver quanto à aplicação do Código de Defesa do Consumidor sobre os serviços prestados pelas empresas de medicina de grupo, de prestação especializada em seguro saúde. A forma jurídica que pode revestir esta categoria de serviço ao consumidor, portanto, não desqualifica a incidência do Código do Consumidor. O reconhecimento da aplicação do Código de Defesa do Consumidor implica subordinar os contratos aos direitos básicos do consumidor, previstos no art. 6º do Código' (...)

\*\*\*\*

No caso não ocorreu a prescrição sustentada pela ré.

Está sendo discutida a abusividade de cláusulas contratuais, relação mista, que reclama a aplicação do CDC e também do CC.

A jurisprudência do TJ/SP e do STJ considera que os contratos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

de planos de saúde e de seguro de saúde têm regras distintas dos demais contratos de seguro, tornando **inaplicável o prazo prescricional anual, mas sim o geral de 10 anos previsto no art. 205 do CC.**

A respeito: STJ, REsp 995995/DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, 3ª Turma, julgado em 09/08/10.

Como a ação foi proposta em 2013 discutindo reajustes de 2007 e 2012, não há como cogitar a existência de prescrição.

\*\*\*

Passo a equacionar **o mérito.**

O art. 15 da Lei 9656/98 faculta a variação das contraprestações pecuniárias estabelecidas nos contratos de planos de saúde em razão da idade do consumidor, desde que estejam previstas no contrato inicial as faixas etárias e os percentuais de reajuste incidentes em cada uma delas, conforme normas expedidas pela ANS.

Ocorre que seu parágrafo único **veda tal variação para consumidores com idade superior a 60 anos**, cabendo ressaltar que a autora nasceu em 06/12/1946 (fls. 34).

Pouco importa que, na data da entrada em vigor do CDC a autora ainda não tinha completado tal idade.

Sob tal encadeamento lógico, o consumidor que atingiu a idade de 60 anos, quer seja antes da vigência do Estatuto do Idoso, quer seja a partir de sua vigência (1º de janeiro de 2004), está sempre amparado contra a abusividade de reajustes das mensalidades com base exclusivamente no alçar da idade de 60 anos, pela própria proteção oferecida pela lei dos Planos de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Saúde e, ainda, por efeito reflexo da Constituição Federal que estabelece norma de defesa do idoso no art. 230. [...] – REsp 809.329/RJ, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 25/03/2008, DJe 11/04/2008 – com destaque deste julgador.

Outrossim, como se trata de contrato de trato sucessivo é irrelevante também a contratação ter se efetivado antes da entrada em vigor do Estatuto do Idoso (AI 0241193-94.2012 – TJSP, 2ª Câmara de Direito Privado).

Nesse sentido ainda: TJ/SP, Apel. 517501-61.2010.8.26.0000, 2ª Câm. de Direito Privado, julgado em 07/06/11 e Apel. 9170684-58.2007.8.26.0000, 7ª Câm. Dir. Privado, julgado em 15/06/11.

\*\*\*\*\*

A autora impugna dois reajustes passados (2007 e 2012) e também os futuros, considerando, apenas a faixa etária.

Ao agir como agiu, a ré ofendeu o “Princípio da Boa-Fé Objetiva” (artigo 4º, III e art. 51, IV, do CDC), colocando-se em vantagem exagerada em detrimento do consumidor/autora; justamente por essa razão e tendo em conta a evidente “abusividade” é que o Juízo deve proclamar a ineficácia incidental do agravamento do prêmio considerando apenas a idade do contratante.

Não se quer aqui impedir a revisão técnica e os reajustes; o Juízo busca apenas prestigiar a participação da ANS, pois evidenciado no caso o desequilíbrio contratual.

Os reajustes não podem ser feitos ao bel prazer das seguradoras, devendo sempre haver a intervenção da ANS, que tem a função de



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

“expedir normas e padrões para o envio de informações de natureza econômico-financeira pelas operadoras, com vistas à homologação de reajustes e revisões”. (artigo 4º, XVIII, da Lei 9961/2000).

No trato entre a empresa e a seguradora deve ser considerada essa obrigação legal e, entre si, compensados eventuais desequilíbrios provocados pelo aumento da carga de sinistralidade em tese refletida nesse agrupamento exclusivo de demitidos e aposentados (Apelação 0287614-50.2009.8.26.000 – voto nº 12577 – 9ª Câmara de Direito Privado do TJSP).

Esse entendimento é coerente com a sugestão referendada em situação análoga decidida pela 6ª Câmara de D. Privado do TJSP, acórdão da Relatoria do Desembargador Eduardo Sá Pinto Sandeville, na Apelação Cível 0182678-57.2012.8.26.0100, julgada em 06/05/2014.

Mais, creio, é desnecessário acrescentar.

\*\*\*\*\*

Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE O PEDIDO INICIAL** para declarar a nulidade das cláusulas 16.2 e 16.3, que permitem o aumento do prêmio em decorrência da alteração da faixa etária. Os valores/prêmios observarão a dinâmica já consignada cabendo à ré operar os reajustes seguindo os índices da ANS.

DETERMINO, ainda, que a ré devolva o que cobrou a mais, com base nos ditames contratuais abusivos, considerando a data do ajuizamento da ação; o valor será apurado por simples cálculo na fase de cumprimento de sentença, tomando por base os reajustes deferidos pela ANS nos períodos que foram objeto de análise.

A devolução tem lugar somente com relação aos valores pagos



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

a partir do ajuizamento de forma simples, porque só a partir de então a consumidora externou sua discordância com a cobrança aceitando e quitando, de modo espontâneo, a dívida antes proposta pela seguradora. (Apel. 0003348-69.2012.8.26.0369 TJ/SP).

Diante da sucumbência quase total, a requerida arcará com as custas e despesas do processo e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa.

Ficam mantidas as deliberações de fls. 71 e 123/125.

P.R.I.

São Carlos, 13 de novembro de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**